



O ENTRELACE TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL: O CASO DE
OURO PRETO (1938-2020)

THE ENTRELACE TOURISM AND CULTURAL HERITAGE: THE CASE OF
OURO PRETO (1938-2020)

Leila Medina Leite Féres

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

leilamedinalf@gmail.com

Resumo:

A partir da compreensão de que o turismo se estabelece através de valores construídos historicamente e agregados a partir de situações sociais que se engendram ao longo dos séculos, discuto políticas públicas voltadas ao turismo, assim como analiso as interrelações entre turismo e patrimônio cultural no Brasil, e, principalmente, o caso da cidade de Ouro Preto, que experimenta, desde 1938, diferentes incentivos patrimoniais e turísticos. Se por um lado, o turismo era visto como atividade de promoção, desenvolvimento e sustento do patrimônio cultural, por outro, depois de décadas de experiência, é possível afirmar que, ainda que as viagens turísticas signifiquem um aporte econômico nas cidades que hospedam e comercializam produtos (assim como passeios e experiências), esse aporte não coopera de fato com a melhoria da qualidade de vida da população, a concentração econômica prevalece e gera gentrificação.

Palavras-Chave: Turismo; patrimônio cultural; Ouro Preto; preservação.

Abstract

From the understanding that tourism establishes itself through historically values constructed and aggregated from social situations, engendered over the centuries, engendered over the centuries, I discuss public tourism policies, as well as analyze the interrelations between tourism and cultural heritage in Brazil and, mainly, in the city of Ouro Preto, which has experienced, since 1938, different heritage and tourist incentives. If, on the one hand, tourism was seen as an promotion, development and sustenance activity of cultural heritage, on the other hand, after decades of experience, it is possible to affirm that, although tourist trips mean an economic contribution in the cities that hosts people and sell products (as well as tours and experiences) it does not in fact cooperate with life quality improvement for population, the economic concentration prevails and generates gentrification.

Keywords: Tourism; cultural heritage; Ouro Preto; preservation.

1. Introdução

Sobre o ato de viajar das sociedades contemporâneas, Jost Krippendorf afirma que essa prática criada pela sociedade pós-industrial, é marcada pelo cotidiano incômodo, seja nos seus locais de trabalho ou residência. A viagem, nesse sentido, seria uma forma de modificar temporariamente a “rotina massificante do dia-a-dia do trabalho, da moradia, e do lazer, a fim de estar em condições de retomá-la ao regressarem” (KRIPPENDORF, 2001: p. 15). A partir dessa conclusão, o autor afirma que o grande “êxodo das massas”, gerado por consequência do desenvolvimento da nossa sociedade industrial, constrói um ciclo repetitivo e permanente de necessidades que não podem ser saciadas. Para ele, trabalhamos para sair de férias e temos a necessidade de férias para voltar ao trabalho.

Também nesse sentido, John Urry, afirma que ser turista é uma característica típica da experiência “moderna”. Em sua visão, é uma prática que confere *status* social, como possuir um bem material (URRY, 2001: p. 19), pode ser vista até mesmo como uma imposição coletiva da era do capitalismo. Esta prática de “se tornar turista” em determinadas ocasiões, se vincula a demandas ou imposições sociais, por um lado, mas por outro, principalmente, está atrelada ao significado econômico do turismo enquanto indústria.

Para compreender o desenvolvimento do turismo é fundamental observar historicamente os desdobramentos do trabalho urbano, das férias e dos transportes. O entretenimento passou a ser uma opção de enriquecimento quando, segundo Anthony Giddens, o capitalismo mais dinâmico converteu em produto uma série de práticas que incentivavam relações de competitividade e a partir do momento em que a globalização permitiu a conexão cada vez mais rápida e mais facilitada entre as pessoas e os destinos (GIDDENS, 1991).

John Urry defende que boa parte do turismo tem sido minimamente modernista e estruturado, desde o final do século XIX, como turismo *de massa* (URRY, 2001: p. 123). Segundo o autor, a economia que acolhe o turista é uma indústria que cada vez mais demanda investimentos públicos e privados para provar que determinado local é excepcional, “todos os tipos de lugares tentam estruturar ou reforçar sua posição enquanto objetos preferidos do olhar do turista” (URRY, 2001: p. 64).

Aline Colantuono destaca as primeiras regiões brasileiras a hospedar turistas¹ e a cidade

¹ Segundo a autora foram Petrópolis (RJ), Caxambu (MG), Poços de Caldas (MG), Campos do Jordão (SP), Caldas da Imperatriz (SC) e Santo Amaro (SC) (COLANTUONO, 2015: p. 36).

do Rio de Janeiro como a primeira a receber uma excursão internacional, em 1907. A partir daí a autora afirma que incentivos fiscais passaram a ser ofertados para a construção de hotéis na capital nacional (COLANTUONO, 2015: p. 36).

Nas décadas que se seguiram, observamos a transformação de cidades ou locais em “destinos-espetáculos” (GOMES, 2020: p. 163), com maior capacidade técnica para os deslocamentos a esses locais, crescente investimento em infraestrutura e melhoramentos nos destinos e espaços de convivência. Nesse sentido, Jost Krippendorf afirma que o grande êxodo das massas atinge os limites porque é característica da nossa época e consequência das condições geradas pelo desenvolvimento da nossa sociedade industrial (KRIPPENDORF, 2001: p. 17).

Nesse contexto, John Urry defende que o modernismo tem se refletido na tentativa de tratar as pessoas que se situam em um lugar socialmente diferenciado como semelhantes entre si, com características e gostos compartilhados, ainda que determinados pelos prestadores de serviço.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), fundada em 1975, compreende como turismo “o deslocamento de pessoas de seu domicílio cotidiano, por no mínimo 24 horas, com a finalidade de retorno” (FUNARI, 2002). Segundo Leila Bianchi Aguiar, este conceito é vago e ainda assim é utilizado por grande parte dos autores que trabalham com o tema, aplicando-o muitas vezes de forma anacrônica (AGUIAR, 2006: p. 69). Dessa forma, a autora critica a desvinculação do turismo a uma lógica de acumulação do capital desde fins do século XIX. Assim, ela propõe a compreensão do turismo da

forma como este se organiza historicamente, como parte de uma atividade capitalista, segundo os parâmetros da organização fabril, voltada para a racionalização da extração de mais-valia, que implicou em concentração dos meios de produção e a expropriação dos trabalhadores (AGUIAR, 2006: p. 70).

Aproveitando parte do conceito da OMT, Leila Bianchi considera o turismo como “o conjunto dos deslocamentos espaciais que visam o retorno ao seu lugar de origem, organizados a partir de lógicas de acumulação do capital, desde fins do século XIX” (AGUIAR, 2006: p. 70). Cada vez mais é possível observar o significado econômico presente no produto social turismo que vem sendo transformado em produto de consumo, em mercadoria e em ação vendável. Encontra-se aí “a maximização e a racionalização capitalista dessa atividade produtiva” (AGUIAR, 2006: p. 75) e, por isso, a transformação a partir, inicialmente, dos órgãos de regulação, de seu papel social e de suas apropriações.

Como qualquer outra mercadoria, o turismo como produto de consumo, se estabelece

através de valores construídos historicamente e agregados a partir de situações sociais que se engendram ao longo dos séculos. A partir de meados do século XIX, o desenvolvimento do capitalismo, a imposição de um padrão de vida que estabelece valores atrelados ao consumo, a mutação e criação de práticas sociais em produto vendável e as transformações das práticas de trabalho, incentivam sistematicamente os deslocamentos a procura de um espaço para férias, lazer e “fuga da rotina” nas cidades, com posterior retorno ao lugar de origem, ou seja, o consumo no e do “tempo livre”.

Leila Bianchi e Valeria Lima Guimarães afirmam que “o processo de consagração e a posterior trivialização dos espaços preservados é fundamental para a compreensão do consumo ou produção de novos produtos turísticos nas últimas décadas” (AGUIAR; GUIMARÃES, 2020: p. 95), criação de produto e consumo este que observamos nos projetos turísticos concebidos em sítios urbanos patrimonializados.

John Urry afirma que “o turismo envolve necessariamente o devaneio e a expectativa de novas e diferentes experiências, que divergem daquelas normalmente encontradas na vida cotidiana” (URRY, 2001: p. 30). Segundo ele, estes devaneios, longe de serem livres e independentes, envolvem um trabalho de propaganda e um conjunto de signos gerados pela mídia, “muitos dos quais dizem respeito claramente a processos complexos de emulação social” (URRY, 2001: p. 30).

Dessa forma, e em concordância com a definição de Leila Bianchi, o turismo seria também um paradigma criado e consolidado pela sociedade capitalista para incentivar o consumo através da imposição de um padrão de vida que é medido pelo poder de compra. Assim, quanto mais se viaja, quanto mais distante o local, quanto mais luxuoso, “exótico” e “intocado” se parece, mais status é conferido socialmente. Jost Krippendorf analisa o turismo como uma prática que gera um “movimento pendular entre o cotidiano e o anticotidiano” (KRIPPENDORF, 2001: p. 27), com múltiplas interações, capaz de promover consequências ecológicas, econômicas e sociais.

Cleber Dias afirma que “o estudo do lazer no passado faz parte de um necessário esforço para a melhor compreensão do lazer no presente” (DIAS, 2020: p. 13). Partindo desse pressuposto e compreendendo o turismo como uma forma de lazer, analiso políticas públicas para o turismo, o entrelace entre turismo e patrimônio cultural, alguns dos aspectos do turismo em Ouro Preto e as iniciativas que levaram a cidade a receber a procura turística atual, desde a

década de 1930.

2. Políticas públicas para o Turismo

A despeito das dificuldades de acesso e da distância das capitais de muitas das “cidades históricas”, segundo Leila Bianchi, o IPHAN apoiou, desde 1938, a construção de hotéis, a abertura de museus e a publicação de guias com informações turísticas.

Em Ouro Preto, cidade que se tornaria um dos maiores símbolos da preservação do patrimônio cultural no Brasil, discussões sobre a necessidade de atrair e orientar os visitantes estão presentes em documentos produzidos pela instituição durante o projeto e a construção do Grande Hotel, projetado por Oscar Niemeyer, quando da transformação da antiga Casa de Câmara e Cadeia em Museu da Inconfidência, e com a publicação do *Guia de Ouro Preto*, escrito por Manuel Bandeira a convite do Iphan (AGUIAR, 2006: p. 138).

Nesse sentido, desde fins da década de 1930, a ideia de preparar a cidade para o turismo é paulatinamente introduzida pela agência de preservação e pelo governo do estado que financiou a construção do hotel Grande Hotel em Ouro Preto. Assim, nota-se o significado econômico incidindo também sobre os bens ou valores que “colaboram” com a prática turística, o patrimônio cultural e as acepções atribuídas a ele, principalmente as de conhecimento erudito ou “caráter pedagógico” (AGUIAR, 2006: p. 66). As viagens para “cidades históricas” ou para locais com arquitetura e bens patrimonializados estariam atreladas ao valor educacional e cultural dos bens.

Leila Bianchi afirma que algumas das áreas definidas hoje como sítios urbanos patrimonializados, anteriormente foram desvalorizadas e desocupadas, como aconteceu com o Centro de Ouro Preto. Exatamente por essa razão, esses locais se mantiveram em alguma medida conservados e, a partir de revitalizações e grandes investimentos realizados “tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada em oposição à ausência de recursos em outras áreas ou bairros” (AGUIAR, 2006: p. 65), a cidade passou a ter seus imóveis centrais valorizados, inflacionados pelo comércio que visa atender à procura turística.

Além desta valorização de imóveis e bairros nos sítios urbanos patrimonializados, segundo Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini, “a associação dos bens culturais ao seu valor de mercado corroborou para aumentar o consumo cultural e para transformar a paisagem historicamente construída em *ruínas* patrimoniais de *marketing* cidadão” (FUNARI; PELEGRINI, 2009: p. 52).

Visando maior racionalização da prática do turismo no Brasil, entre os anos de 1945 e

1960, ações foram realizadas para a promoção de mudanças que incidiam no desempenho da economia do turismo. Dentre elas, posso citar a criação da Confederação Nacional do Comércio (CNC), reconhecida assim em 30 de novembro de 1945², decorrente, dentre outros motivos, do aumento “exponencial de atividades ligadas à cadeia produtiva do turismo” (GOMES, 2020: p. 167). Em 1946, a criação do Serviço Social do Comércio (SESC), com incentivo ao lazer e às colônias de férias³, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), “para promover o turismo e formar mão de obra profissional, particularmente, na área do turismo e hotelaria” (GOMES, 2020: p. 167).

Além destes, para consolidar o setor do turismo a partir da crescente mobilidade e dos incentivos estatais, durante a década de 1950, é criada tanto a Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), por força da iniciativa de representantes de quinze agências de viagens para o consequente fomento da atividade turística⁴, quanto a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), criada a partir do Decreto nº 44.863, de 21 de novembro de 1958⁵.

Ressalto a criação da COMBRATUR como um marco que representaria a primeira política pública nacional a serviço do turismo no país (MÜLLER, *et. al*: p. 695), compreendida como o início das ações técnicas no campo político brasileiro decorrente da compreensão do turismo como um setor econômico promissor. Além disso, foi a primeira a tratar da preservação de bens culturais, “indicando o início do processo de desenvolvimento do turismo nos sítios urbanos brasileiros preservados durante a década de 1960” (AGUIAR, 2006: p. 97).

Nesse sentido, o Brasil estava em conformidade com o resto do mundo que, na década de 1960, a partir dos esforços empreendidos pela UNESCO⁶ (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em prol da preservação do patrimônio cultural, vinculava o turismo como atividade de promoção, desenvolvimento e sustento do patrimônio cultural (LEAL, 2008: p. 15). Exemplos desse esforço, a partir de 1962, estavam contidos nas recomendações das *Cartas Patrimoniais* (CURY, 2004), documentação referente a reuniões

² História da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Disponível em: [Link](#). Acesso em: 10 de maio de 2021.

³ História do lazer no Sesc. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 10 de maio de 2021.

⁴ Breve histórico ABAV. Disponível em: [Link](#). Acesso em 10 de maio de 2021.

⁵ BRASIL. Decreto nº 44.863, de 21 de novembro de 1958. Institui a Comissão Brasileira de Turismo. Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 10 de maio de 2021.

⁶ A UNESCO é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) criada em 1945, durante a Conferência de Londres.

ocorridas em diversas partes do mundo com o intuito de discutir a proteção do patrimônio cultural.

Em meados da década de 1960, no Brasil, começava a ser discutida a necessidade de se traçar as diretrizes de uma Política Nacional de Turismo (PLANTUR) (MÜLLER, *et. al.*: p. 695) e, com o Decreto-lei nº 55 de 18 de novembro de 1966⁷, ficava definida a política nacional de turismo, criado o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)⁸. Estas ações em conjunto tinham o objetivo de coordenar o desenvolvimento, as normas e a regulamentação da atividade turística que crescia no Brasil e no mundo.

Leila Bianchi afirma que a defesa do turismo se apresentou como “importante via para o desenvolvimento econômico e para a ‘auto-sustentabilidade’ ou geração de recursos para a preservação do patrimônio cultural” (AGUIAR, 2016: p. 139), segundo ela, isto resumiria as considerações centrais da UNESCO nos documentos produzidos por essa agência a partir de fins da segunda metade da década de 1960 (AGUIAR, 2016: p. 139).

Nesse sentido, observamos a Reunião do Comitê de Peritos Internacionais para a Valorização do Patrimônio Cultural em prol do Desenvolvimento Econômico, que aconteceu na Tunísia, em 1968 e contou com a presença do inspetor Michel Parent, então técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França (CAPONERO; LEITE, 2015: p. 12).

Pouco antes, Michel Parent esteve no Brasil em missão financiada pela UNESCO nos anos de 1966 e 1967. Segundo Claudia Leal, os contatos do IPHAN com a UNESCO não tiveram início com a vinda de Michel Parent ao Brasil, antes ainda, no começo da década de 1960, essa relação se tornou mais próxima com a representação da UNESCO no Brasil, que foi estabelecida visando a descentralização do órgão. Essa cooperação contou com a vinda de outros técnicos como de Paul Coremans, diretor do Real Instituto de Estudo e Conservação do

⁷ O decreto mencionado foi revogado pela Lei nº 8.818, de março de 1991 (quando a Embratur passa de empresa pública para autarquia, adquirindo a condição de instituto – com a denominação de Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, tendo como missão formular, coordenar e executar a Política Nacional do Turismo). Disponível em: [Link](#). Acesso em: 15 de julho de 2021. Esta lei foi revogada pela Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 10 de maio de 2021. Além disso, a Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020 autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), extinguindo o Instituto Brasileiro de Turismo (que tinha a mesma sigla, Embratur).

⁸ BRASIL. Decreto-lei nº 55 de 18 de novembro de 1966. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 10 de maio de 2021.

Patrimônio Artístico, em Bruxelas, Bélgica (LEAL, 2008: p. 13).

As visitas de técnicos estrangeiros ao Brasil frequentemente geravam relatórios, como o de Michel Parent, produzido após as missões de 1966 e 1967 para a UNESCO. Leila Bianchi afirma que no texto de seu relatório ficava clara a argumentação favorável ao turismo nos sítios urbanos preservados como uma iniciativa necessária “para salvaguardar a cultura dos diversos povos do planeta naquele momento” (AGUIAR, 2016: p. 140). A partir desse momento, foi defendida a ideia de que as agências especializadas da ONU (Organização das Nações Unidas) e as agências de financiamento internacional “deveriam fornecer assistência para o desenvolvimento do turismo, especialmente por meio da valorização dos sítios arqueológicos, históricos e naturais” (CAPONERO; LEITE, 2015: p. 12).

Marcia Sant’Anna afirma que “estabeleceram-se, então, novas funções para as cidades-patrimônio: as de dinamizadoras do desenvolvimento e da economia urbana, por meio do desenvolvimento do turismo” (SANT’ANNA, 2017: p. 142) e, com isso, acreditava-se que gerariam recursos próprios para sua conservação. Segundo Marcia Sant’Anna, essas novas funções “passaram a estruturar as iniciativas de planejamento e as intervenções nas cidades tombadas, como a formulação de políticas governamentais de preservação e de desenvolvimento urbano” (SANT’ANNA, 2017: p. 142).

A preocupação com a valorização, a conservação e a preservação dos bens patrimonializados deixou de ocorrer apenas por seu valor histórico, estético, arquitetônico e identitário, segundo Maria Cristina Caponero e Edson Leite. Os autores afirmam as conotações econômicas e a conversão do patrimônio cultural em um produto econômico (CAPONERO; LEITE, 2015: p. 12). As Normas de Quito, em novembro/ dezembro de 1967, defendiam, para o “benefício econômico da nação”⁹, que os “bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e são suscetíveis de constituir-se em instrumentos do progresso”¹⁰.

3. Patrimônio e Turismo

A forte articulação com viés econômico entre patrimônio e turismo se consolidou através dos seminários e organismos internacionais e das reuniões técnicas, que defendiam o

⁹ Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico. O.E.A. – Organização dos Estados Americanos. Normas de Quito, IPHAN, 1967. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 24 de abril de 2021. p. 3.

¹⁰ *Ibidem*. p. 1.

desenvolvimento econômico sustentável atrelado à preservação do patrimônio cultural e à “identidade cultural coletiva” (CAPONERO; LEITE, 2015: p. 12), muitas vezes compreendida como “salvação” financeira para diversas localidades ou bens em estado de deterioração.

Dessa forma,

o valor social, seja de um patrimônio isolado ou mesmo de cidades históricas, foi transformado em produto de consumo cultural com fins lucrativos e avaliado à luz dos interesses turísticos que se beneficiavam de seu *status* patrimonial simbólico (CAPONERO; LEITE, 2015: p. 16).

A partir dessa vinculação que passava a atrelar a preservação dos bens culturais brasileiros à sua potencialidade enquanto atrativo turístico, a Lei nº 6.513¹¹, de dezembro 1977, que “dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural¹²”, gerou, segundo Leila Bianchi,

uma mudança significativa em relação às legislações específicas sobre a preservação cultural, mais especificamente, em relação ao Decreto-lei n. 25, de 1937. No contexto da criação desse decreto-lei, a construção de narrativas sobre a nação, por meio da eleição de lugares de memória a serem preservados, constituía um projeto mais poderoso que o aproveitamento lucrativo dos conjuntos urbanos (AGUIAR, 2016: p. 142-143).

De acordo com esta legislação, nº 6.513 de 1977¹³, a preservação dos bens culturais estaria subordinada à lógica de desenvolvimento do turismo e ficaria a cargo da Embratur definir os bens culturais e naturais protegidos que poderiam ser melhor aproveitados pelo turismo. Assim, o turismo passou a ser defendido, por diferentes setores da sociedade, como uma atividade fundamental para a preservação dos sítios urbanos patrimonializados e como atividade geradora de empregos.

A ideia que se difundia nesse momento era a de que o turismo seria capaz de melhorar as condições de vida das cidades receptoras e impulsionar o desenvolvimento econômico de todo o país. Segundo Leila Bianchi, “presente nos discursos e propostas políticas, o turismo foi apresentado como atividade capaz de erguer a economia brasileira e retirar do atraso e da estagnação em que se encontravam” (AGUIAR, 2016: p. 147) muitas das cidades brasileiras.

Atrelada a essa perspectiva ampla de crescimento econômico a partir do turismo está a

¹¹ BRASIL. Lei nº 6.513, de 20 dezembro 1977. Dispõe sobre a criação de áreas especiais e locais de interesse turístico. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 16 de maio de 2021.

¹² *Ibidem*.

¹³ BRASIL. Lei nº 6.513, de 20 dezembro 1977. *Op. Cit.*

defesa da atividade para os sítios urbanos patrimonializados, vislumbrada como uma geradora de novos empregos e recursos fundamentais para a preservação do patrimônio cultural.

Além disso, os sítios urbanos patrimonializados atrairiam também por seus calendários festivos, “como forma de estruturar e distribuir sazonalmente a força turística gerada por esses eventos” (CAPONERO; LEITE, 2015: p. 16). Ouro Preto, seria, de certa forma, convertida em palco de festivais ou festas desde os anos 1960. O Festival de Inverno, que atrairia inúmeros turistas, começou a ser realizado na década de 1960 até o ano de 1979 e retomado na década de 1990, assim como outros eventos sazonais, entre eles, o Carnaval, a Festa do Doze e a Semana Santa (BRUSADIN; SILVA, 2012: p. 82).

Principalmente a partir da década de 1970, segundo Leandro Brusadin, Ouro Preto “passou a ser comercializada no circuito turístico como uma das ‘cidades históricas mineiras’” (BRUSADIN; SILVA, 2012: p. 18). Sobre esse espaço são atribuídos vários símbolos e imagens em torno dos quais se constroem discursos que procuram e pretendem caracterizar e classificar o chamado acervo nacional.

Segundo Paulo Peixoto, “à medida que as cidades se afirmam como destinos turísticos, o patrimônio converte-se numa grande indústria internacional” (PEIXOTO, 2002: p. 27). Assim, a reabilitação de centros históricos voltados ao turismo era vista tanto como uma alternativa para a conservação dos patrimônios culturais, quanto uma possibilidade de levar conhecimento ao grande público através do turismo.

José Reginaldo Gonçalves afirma que, no Brasil, desde fins dos anos 1970, principalmente com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, a categoria patrimônio expandiu-se e passou a incluir não somente monumentos arquitetônicos, obras de arte erudita, mas também documentos, antigas tecnologias, artesanatos, festas, material etnográfico, diversas formas de arquitetura e religiões (GONÇALVES, 1988).

Vinculado a essa expansão da categoria, a partir de 1973 foi implementado pelo Ministério do Planejamento o primeiro programa federal que investiu recursos para a recuperação do patrimônio cultural urbano, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas¹⁴ (conhecido como PCH). Este buscava o desenvolvimento econômico dos sítios

¹⁴ Inicialmente chamado de “Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste com sua Utilização para Fins Turísticos” (1973-1976), teve sua nomenclatura alterada posteriormente para “Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas” (1976-1979), e, por fim, tornou-se “Programa de Cidades Históricas”, em 1979.

urbanos patrimonializados e traçava diálogos com outros assuntos em pauta naquele momento, como o desenvolvimento urbano e regional e o turismo (CORREA, 2016: p. 15).

O turismo era visto como elemento-chave para ensejar as finalidades do programa, já que, teoricamente, proporcionaria o desenvolvimento urbano dos sítios patrimonializados em harmonia com as suas funções sociais (CHUVA; LAVINAS, 2016: p. 89). Márcia Chuva e Laís Lavinias afirmam que o PCH pode ser visto como a grande frente de recuperação e/ou criação de infraestrutura ambiental e física das políticas culturais brasileiras do regime militar nos anos 1970 (CHUVA; LAVINAS, 2016: p. 76).

4. Aspectos do Turismo em Ouro Preto

Arelada à ideia de promoção do turismo a partir da preservação do patrimônio cultural e da discussão que promove a possibilidade de autossustentabilidade dos bens tombados apoiados pela inserção de capital advinda de práticas turísticas, observam-se as primeiras inscrições na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, a partir da década de 1980, quando Ouro Preto é elevada à condição de *Cidade Monumento Mundial*¹⁵, passando a integrar o chamado “patrimônio cultural da humanidade”.

Paulo Peixoto afirma que esta dinâmica patrimonial precisa ser compreendida “como resultado do crescimento e da amplificação de um espírito de concorrência entre diferentes espaços, em relação aos quais o status de patrimônio mundial se apresenta como mais-valia em três domínios” (PEIXOTO, 2002: p. 24). Para o autor, estes três domínios seriam, a grosso modo, 1) o status de patrimônio mundial funcionando como uma forma de estratégia de marketing; 2) um tipo de vantagem nas campanhas para captar turistas, proporcionando maior competitividade no mercado turístico e; 3) “quando é convocado como elemento retórico de legitimação e de contestação das políticas de transformação” (PEIXOTO, 2002: p. 24) urbana.

Nesse sentido, segundo Néstor Canclini, as políticas de preservação adotadas no Brasil, a partir da década de 1990, apesar da predisposição de tratar a cidade como documento em toda a sua complexidade, distanciaram-se muitas vezes dessa concepção e reduziram a cidade em espetáculo. Isso estaria associado “ao predomínio do marketing e à captação de investimentos

¹⁵ Em 1935 já havia sido erigida à monumento nacional, “antes mesmo da criação do SPHAN, e tombada no primeiro ano de funcionamento desse órgão – transformaram-se em modelos de sítios urbanos e bens imóveis passíveis de tombamento e de preservação” (AGUIAR, 2006: p. 38).

sobre o sentido social dos bens materiais e simbólicos” (CANCLINI, 2008: p. 19).

Pensando na conservação dos bens patrimonializados, principalmente na sede do distrito de Ouro Preto e nos pontos de maior visitação turística, na primeira década do ano 2000, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi anunciado como uma iniciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento em 2007.

Segundo o IPHAN, apenas em 2013 o Ministério do Planejamento “autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan, dando origem ao PAC Cidades Históricas”¹⁶, que contou com R\$1,6 bilhão destinados a 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos em 44 cidades no Brasil¹⁷, destas 11 são reconhecidas como Patrimônio Cultural Mundial, dentre elas está Ouro Preto e mais 7 cidades mineiras.

Marcia Sant’Anna afirma que o PAC foi uma tentativa do IPHAN de ampliar as ações do Programa Monumenta¹⁸ para sítios urbanos protegidos, mas, segundo ela, sem sucesso. O PAC “acabou tornando-se um programa de obras de restauração de grandes monumentos e de requalificação de espaços públicos” (SANT’ANNA, 2017: p. 150).

Em Ouro Preto as obras que receberiam a mencionada verba para restauração, requalificação urbanística e instalação de segurança eletrônica em bens protegidos, seriam igrejas, capelas, edificações e chafarizes. Porém, como divulgado pelo próprio IPHAN, apenas dois itens da lista receberam de fato as melhorias planejadas: os chafarizes do Centro Histórico tiveram suas restaurações concluídas e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias também. As outras obras de restauração ainda não foram iniciadas ou concluídas¹⁹.

Esses bens já restaurados contam com notável visibilidade turística, com exceção de alguns dos 22 chafarizes que não pertencem ao circuito central do turismo manifesto no Centro

¹⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 19 de abril de 2021.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ Marcia Sant’Anna afirma que o Monumenta começou em 1999 como um programa de execução descentralizada e aproveitamento turístico do patrimônio urbano, financiou, em sua fase final, “obras de conservação e adaptação de edificações localizadas em cidades participantes do programa, executadas por seus proprietários ou ocupantes, a partir de projetos que receberam o aval do Iphan. Com prazos de carência variáveis e adaptáveis a cada caso, essa linha de ação atrelava os pagamentos desses empréstimos a um Fundo Municipal de Preservação, cuja missão seria reinvestir os recursos assim arrecadados na conservação do sítio urbano definido como área de intervenção do programa” (SANT’ANNA, 2017: p. 150).

¹⁹ No portal eletrônico do IPHAN é possível observar a lista dos bens que seriam restaurados. Obras do PAC Cidades Históricas - Ouro Preto (MG). Disponível em: [Link](#). Acesso em: 20 de maio de 2023.

Histórico²⁰ e no Caminho Tronco²¹.

Publicada em maio de 2016, a notícia da conclusão da restauração dos 22 chafarizes em Ouro Preto, traz algumas informações sobre as obras, como os nomes e/ou localização dos chafarizes, o valor investido de R\$1,5 milhão do Governo Federal, destaca o fato de representarem a primeira obra do PAC Cidades Históricas entregue a Ouro Preto, além de listar todos os outros bens que serão restaurados sem previsão de data para conclusão²².

Em agosto de 2017 foi publicada a notícia que anuncia a entrega da primeira etapa de restauração arquitetônica da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, no valor de R\$4 milhões, além de afirmar que ainda é prevista uma nova etapa de obras para a restauração dos elementos artísticos integrados da igreja, como altares e forro²³.

Os outros bens em Ouro Preto, listados para futuras restaurações, se dividem da seguinte forma: nove edificações: Capela das Dores e Capela do Bom Jesus das Flores, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Capela do Senhor do Bonfim e 5 Passos da Paixão; 4 Capelas: de São João, de São Sebastião, de Nossa Senhora da Piedade e de Santana; 6 Igrejas: Matriz de São Bartolomeu, Matriz de Santo Antônio (Glaura), São Francisco de Paula, São Francisco de Assis, de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia e de Bom Jesus de Matozinhos; além da requalificação urbanística no entorno da Capela do Padre Faria e a instalação de segurança eletrônica em bens protegidos. Destes bens, cinco Igrejas e os Passos da Paixão se localizam dentro ou bastante próximo ao Caminho Tronco, circuito principal de visitação turística²⁴.

Fica claro que os recursos mais uma vez se destinaram às obras e restaurações de estruturas arquitetônicas em Ouro Preto reforçando a valorização de bens atrelados à herança católica e europeia do colonizador com poucos recursos destinados a ações educativas ou outras

²⁰ “Centro Histórico de Ouro Preto (MG)”, no endereço eletrônico oficial do IPHAN. Disponível em: [Link](#). Acesso em 20 de maio de 2023.

²¹ O eixo conhecido por Caminho Tronco foi assim nomeado pelo historiador e arquiteto, Sylvio de Vasconcellos, que o delimitava da seguinte forma: “do alto das cabeças, inicia-se um caminho que dá origem à rua principal, que, pelas margens do Rio Funil, desce até o Antônio Dias. Às margens do córrego do Antônio Dias e de Ouro Preto surgiram os dois primeiros povoados – Antônio Dias e Ouro Preto (o atual Pilar). A rua principal atravessa toda a vila; após passar por Antônio Dias, sobe a ladeira Santa Efigênia e se precipita em descida para o Pe. Faria.” (VASCONCELLOS, 1977: p. 3.).

²² Notícia da restauração dos 22 chafarizes em Ouro Preto. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 05 de maio de 2023.

²³ Notícia da restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 05 de maio de 2023.

²⁴ Afirmando que compreendo o Caminho Tronco como o circuito turístico principal de Ouro Preto a partir das pesquisas realizadas para o mestrado e doutorado (em fase de conclusão), que serão publicadas, possivelmente, em 2024.

formas de salvaguarda.

Segundo consta no documento *PAC Cidades Históricas, resumo por cidade/UF*²⁵, dos R\$1639,62 bilhão divididos pelo Brasil, R\$257,16 milhões são para o estado de Minas Gerais²⁶ e, destes, R\$36,46 milhões para a cidade de Ouro Preto, sendo que destes, apenas R\$5,5 milhões foram utilizados até o momento presente.

É facilmente observável que em Ouro Preto tanto os recursos advindos de políticas públicas, quanto os poucos provenientes diretamente do turismo, promovem na prática a circulação econômica entre os detentores de capital. Comerciantes, hotéis e agências de turismo (muitas vezes de proprietários de fora da cidade) presentes no espaço gentrificado²⁷ do Centro Histórico de Ouro Preto, são os principais beneficiados.

Pierre Bourdieu afirma que

Em uma sociedade hierarquizada, não existe espaço que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as diferenças sociais de um modo deformado (mais ou menos) e, sobretudo, mascarado pelo efeito de naturalização acarretado pela inscrição durável das realidades sociais no mundo físico (BOURDIEU, 2013: p. 134).

Penso o Centro Histórico como um espaço físico e simbólico agregador de capital, hierarquizado, onde se concentram os melhores hotéis, bares, restaurantes, onde os bens patrimonializados estão melhor conservados e são mais conhecidos/ divulgados até mesmo internacionalmente (uma procura rápida em *sites* de busca e/ ou redes sociais voltadas ao turismo demonstram isso). Esse espaço que possui privilégios pode ser analisado em comparação, e em relação de distinção, aos espaços de privação ou negação, como são as periferias privadas de investimentos. Ou seja, como bem afirma Bourdieu, “aqueles que são desprovidos de capital são mantidos à distância, seja física ou simbolicamente, dos bens socialmente mais raros, e condenados a conviver com as pessoas ou bens mais indesejáveis e menos raros” (BOURDIEU, 2013: p. 137).

²⁵ PAC Cidades Históricas, resumo por cidade/ UF. Disponível em:

[Link](#). Acesso em: 19 de abril de 2022.

²⁶ De todo o país, Minas Gerais é o estado indicado como o que mais receberá verbas do PAC Cidades Históricas. *PAC Cidades Históricas, resumo por cidade/ UF*. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 19 de abril de 2022.

²⁷ O termo gentrificação é a versão “aportuguesada” de *gentrification* (de *gentry*, “pequena nobreza”), conceito criado pela socióloga britânica Ruth Glass (GLASS, 1964). Segundo a Enciclopédia de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), o termo gentrificação se relaciona à conservação histórica do patrimônio “usada como ferramenta a serviço dos interesses do neoliberalismo” (ALCÂNTARA, 2023).

Segundo Françoise Benhamou “o abuso²⁸ na preservação monumental transforma os centros urbanos em museus e traz o risco do abandono das periferias a um processo não controlado de expansão urbana” (BENHAMOU, 2016: p. 87). Dessa forma, a cidade-museu expulsa seus habitantes menos abonados, ou seja, nesses casos, a defesa do patrimônio alimenta o “aburguesamento dos bairros antigos, suscitado pela alta dos preços imobiliários” (BENHAMOU, 2016: p. 87).

Leila Bianchi afirma que “alguns sítios urbanos podem inclusive, transformar-se em verdadeiras ‘ilhas de prosperidade’ cercadas pela periferia em constante crescimento” (AGUIAR, 2006: p. 66), o que pode gerar a gentrificação desses espaços a partir de profundas transformações em seus valores sociais, urbanos e econômicos²⁹. Como ocorre em Ouro Preto, onde o período de maior valorização do patrimônio arquitetônico central da cidade coincide com o crescimento da periferia e das regiões mais pobres do município, acompanhado do “avanço” industrial de Ouro Preto e região.

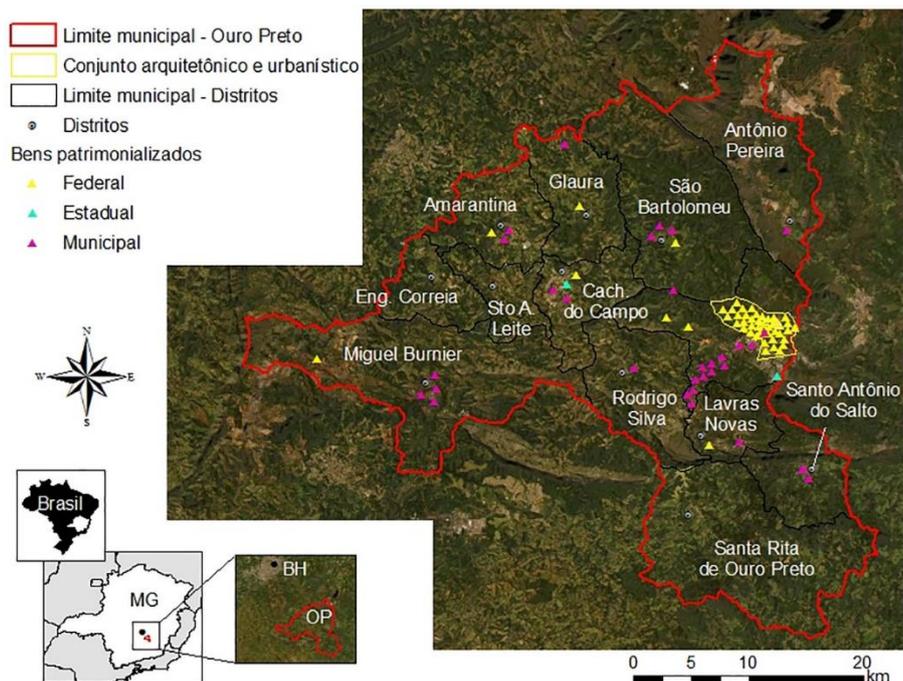
Segundo Leila Bianchi, a “valorização das áreas protegidas após sua revitalização e a consequente expulsão da população mais pobre que habitava a região” (AGUIAR, 2006: p. 62) se traduz na desigualdade da distribuição espacial urbana nos sítios patrimonializados e é acentuada pela migração da população mais pobre para áreas menos valorizadas da cidade.

No mapa 1 destaco em amarelo a concentração de bens patrimonializados na sede do município e alguns poucos distribuídos pelos distritos, distantes da sede, tombados ou registrados mais recentemente (a partir da década de 2000) principalmente pelo poder municipal (na cor rosa).

MAPA 1: Localização dos bens tombados e registrados no município de Ouro Preto, distritos e sede.

²⁸ Estes “abusos” de que trata Françoise Benhamou referem-se, principalmente, às antigas cidades europeias, muito mais numerosas e com ocupação de áreas relativas muito maiores do que os conjuntos urbanos tombados no Brasil.

²⁹ Segundo Leila Bianchi, “os sítios urbanos, até então desvalorizados devido ao rígido controle que as agências preservacionistas exerciam em seus imóveis, passaram a ser sinônimos de qualidade de vida por proporcionarem através de seus traçados e construções um estilo de vida que não poderia mais ser vivido nos novos conjuntos habitacionais e bairros repletos de edifícios modernos. As ações empreendidas objetivando a salvaguarda ou revitalização de bens imóveis ou conjuntos integrados originaram transformações no espaço urbano que, mesmo sem estar enunciadas ou planejadas pelos gestores do patrimônio, atribuíram novos valores a esses locais. Nas últimas décadas, tais intervenções foram responsáveis pela crescente mercantilização desses espaços” (AGUIAR, 2006: p. 62).



Fonte: confeccionado pela própria autora com base nas fontes: *Relação de bens tombados e registrados em Ouro Preto*³⁰, *Lista dos bens tombados e processos em andamento (1938-2021)*³¹ e dados disponíveis no espaço de consulta a bens tombados no endereço eletrônico do IEPHA-MG³².

A nível federal se concentram a maioria dos bens tombados ou registrados de 1938 até 2009, principalmente no polígono de proteção, delimitado em amarelo no mapa como *Conjunto arquitetônico e urbanístico*. Na instância estadual, Ouro Preto tem apenas dois bens patrimoniais, de 1998 e 2014 (o Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Arqueológico das Escolas Dom Bosco - antigo Quartel do Regimento de Cavalaria de Minas Geais, também em Cachoeira do Campo).

Como é possível observar no mapa, poucos bens foram tombados ou registrados a nível federal nos distritos de Ouro Preto, apenas seis: As ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica, em Miguel Burnier³³, em 1938; a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, em Cachoeira do Campo, em 1949; a Igreja Matriz de São Bartolomeu, em 1960; a Igreja Matriz de Santo

³⁰ *Relação de bens tombados e registrados em Ouro Preto*. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 05 de outubro de 2021.

³¹ *Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2021)*. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 05 de outubro de 2021.

³² Bens Tombados. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 05 de outubro de 2021.

³³ Segundo informações disponibilizadas pelo *site* da Prefeitura de Ouro Preto, em 1911 o povoado de São Julião foi elevado à categoria de distrito, mas apenas em 1948 o distrito passou a se chamar Miguel Burnier em homenagem ao engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, diretor da estrada no ano da inauguração da estação (1884). Disponível em: [Link](#). Acesso em: 08 de janeiro de 2021.

Antônio, no distrito de Glaura, em 1962; a Casa Bandeirista ou Setecentista, em Amarantina, em 1963; a imagem de Santana, bem móvel atribuído à Aleijadinho, pertencente ao povoado da Chapada em Lavras Novas, em 1987.

Do total de 79 bens patrimonializados em Ouro Preto (na sede e nos distritos, nos níveis federal, estadual e municipal), 50 se concentram na sede do município (42 a nível de proteção federal, 1 estadual e 12 municipal) e 41 desses, ainda mais concentrados, estão no polígono de delimitação do conjunto arquitetônico e urbanístico, também na sede do município.

A concentração da patrimonialização na sede do município e, principalmente, na região central da sede (no chamado Centro Histórico), coopera com o processo de gentrificação desse espaço e concentração financeira. O turismo não se restringe a esse espaço, mas concentra seus consumos nele através de meios de hospedagem, restaurantes, agências de turismo, lojas, etc.

A despeito dessa realidade desigual, Zurab Pololikashvili, eleito secretário-geral da OMT desde o ano de 2018, sendo reeleito para o cargo que ocupará até o ano de 2025, afirma que

em todo o mundo, em países com todos os níveis de desenvolvimento, muitos milhões de empregos e negócios dependem de um setor de turismo forte e próspero. O turismo também tem sido uma força motriz na proteção do patrimônio natural e cultural, preservando-o para as gerações futuras desfrutarem³⁴.

Tanto nesta fala de Zurab Pololikashvili, quanto em argumentações desde a década de 1960, é possível observar a vinculação do turismo ao setor econômico pelos organismos internacionais e nacionais. Refletem isso as mudanças ocorridas na Embratur, que desde 2003 foi reestruturada para deixar de traçar as políticas públicas para o setor e passar a ser responsável pela promoção, marketing e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos brasileiros em todo mundo.

A partir deste momento, a Embratur torna-se a principal referência na promoção internacional do Brasil, com trabalho fundamental na atração dos mais de 6 milhões de visitantes estrangeiros ao ano, responsáveis por mais de 6 bilhões de dólares injetados na economia brasileira³⁵.

Esta responsabilidade na promoção internacional dos destinos brasileiros e na

³⁴ Zurab Pololikashvili, Secretário-geral da OMT. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 26 de abril de 2021.

³⁵ “A nossa história”. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 15 de julho de 2021.

manutenção da imagem do país perante os mercados estrangeiros foi ampliada no ano de 2020³⁶, quando a agência passou a ser enquadrada como serviço social autônomo. Segundo informações divulgadas no site da Embratur, ela “ganhou neste novo formato mais autonomia e agilidade para realizar as suas ações finalísticas, incluindo a divulgação da ‘Marca Brasil’ em todo o mundo”³⁷. Na tentativa de “vender” o Brasil como uma “marca”, observo a clara vinculação econômica/ financeira cada vez mais explícita no discurso da Embratur que se remodela com o objetivo de atender e se adequar ainda mais aos valores capitalistas.

A nova Embratur surge em um cenário mundial marcado pelos impactos catastróficos da pandemia da Covid-19 no setor do turismo. Neste contexto, a agência redirecionou os seus esforços para o apoio ao turismo interno e divulgação dos destinos turísticos nacionais para os brasileiros, contribuindo para que o turismo interno seja uma das áreas alavancadoras da economia do país³⁸.

Nesse trecho é possível notar a continuidade do discurso que vincula o turismo, seja em sítios patrimonializados ou não, à geração de renda, como um “alavancador da economia”. Discurso que também justifica a preservação das atrações turísticas para atrair visitantes e consequentes lucros para o setor turístico como um todo, como se as hierarquias sociais não interferissem na destinação dos recursos e na má distribuição de capital.

Segundo Françoise Benhamou, “sazonal e distribuído muito desigualmente, o consumo patrimonial não deixa de ser elevado. Está relacionado com variáveis de lazer e educação, e o preço só interfere marginalmente na decisão” (BENHAMOU, 2016: p. 37) de quais bens ou locais patrimonializados visitar.

5. Considerações finais

Nesse sentido, as viagens turísticas significam um aporte econômico nas cidades que hospedam e comercializam produtos (assim como passeios e experiências transformados em produto), mas um aporte econômico concentrado em “ilhas de prosperidade”, como é o caso do Centro Histórico de Ouro Preto. Onde se localiza grande parte das formas de hospedagem da cidade, restaurantes, bares, lojas, agências de turismo, etc. Esse aporte não coopera de fato com a melhoria da qualidade de vida da população, a concentração econômica prevalece dentre os

³⁶ Com a Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020, que, dentre outras coisas, autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); extingue o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur); revoga a Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 04 de outubro de 2021.

³⁷ “A nossa história”. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 15 de julho de 2021.

³⁸ *Ibidem*.

proprietários de estabelecimentos centrais, os imóveis são inflacionados pela patrimonialização e proximidade do comércio, tudo isso gera gentrificação.

Concluo, a partir da compreensão do turismo como uma forma de lazer e consumo e da análise de políticas públicas para o turismo, que a preocupação com a valorização, com a conservação e com a preservação dos bens patrimonializados não ocorre apenas por seu valor histórico, estético, arquitetônico e identitário. O patrimônio transformado em um produto rentável, reforçado pela prática turística, interessa ao discurso que relaciona patrimônio e turismo com geração de renda ou “salvação da economia”.

Referências

AGUIAR, Leila Bianchi; GUIMARÃES, Valeria Lima. “Turismo cultural” e “patrimônios turísticos”: preservação e turismo na década de 1980. In: MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila Rosa (orgs.). *Olhares históricos sobre o lazer e o turismo no Brasil*. Porto Alegre: Casalettras, 2020.

AGUIAR, Leila Bianchi. O programa de Cidades Históricas, o turismo e a “viabilidade econômica” do patrimônio (1973-1979). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 137-149. jan.- abr. 2016.

AGUIAR, Leila Bianchi. Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. 2018. “Gentrificação”. In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>. Acesso em: 16 de maio de 2021.

BENHAMOU, Françoise. *Economia do patrimônio cultural*. Trad. Fernando Kolleritz. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado*. Estudos Avançados, 27 (79), 2013.

CANCLINI, Néstor García. Imaginários culturais da cidade: conhecimento/ espetáculo/ desconhecimento. In: COELHO, Teixeira (Org.). *A cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008.

CAPONERO, Maria Cristina; LEITE, Edson. As possíveis articulações entre preservação do patrimônio, turismo e desenvolvimento econômico e sua trajetória no Brasil a partir dos anos 1960. *Revista Confluências Culturais*. v. 4, n. 1, março de 2015.

CHUVA, Márcia; LAVINAS, Laís Villela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional

desenvolvimentismo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 75-98. jan.-abr. 2016.

COLANTUONO, Aline Correia de Sousa. O processo histórico da atividade turística mundial e nacional. *Rev. Cadernos da Fucamp*, Monte Carmelo, MG, v. 14, n. 21, p. 30-41, 2015.

CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 15-57. jan.- abr. 2016.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. (3ª edição rev. e aum.) Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DIAS, Cleber. História e historiografia do lazer. In: MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila Rosa (orgs.). *Olhares históricos sobre o lazer e o turismo no Brasil*. Porto Alegre: Casalettras, 2020.

FUNARI, Pedro Paulo, PINSKY, Jaime (orgs.) *Turismo e patrimônio cultural*. 2a. ed.. São Paulo: Contexto, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GLASS, Ruth. Aspects of change. In: J. Brown-Saracino (ed.). *The Gentrification Debates*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1964

GOMES, Wanderson José Francisco. Turismo no Brasil: trajetórias para a criação de um destino nação. *Rev. Tur. & Cid.*, São Luís, v. 2, n. 4, p.162-184, jul./ dez. 2020. p. 163.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo*: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. *As missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila Rosa; RAMOS, Maria das Graças Gomes; GARCIA, Tania Elisa Morales. *O despertar do turismo no Brasil*: a década de 1970. Books of Proceedings – International Conference on Tourism & Management Studies, Algarve, v. 1, p.692-700, 2011.

PEIXOTO, Paulo. A corrida ao status de Patrimônio Mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. *Veredas*, ano 1, nº 1, jul. 2002.

SANT'ANNA, Marcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 35, 2017.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel/ SESC, 2001.

Sobre a autora:

Leila Medina Leite Féres: Doutoranda em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2019); Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2018). Possui Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Viçosa (2012); Curso Técnico em Restauração e Conservação de Bens Móveis e Integrados pela Fundação de Artes de Ouro Preto (2014) e Pós Graduação Lato Sensu em Cultura e Arte Barroca pelo Instituto de Filosofia, Arte e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto (2015).

Artigo recebido para publicação em: 26 de maio de 2023.

Artigo aprovado para publicação em: 29 de agosto de 2023.

Como citar:

FÉRES, Leila Medina Leite. O entrelace turismo e patrimônio cultural: o caso de ouro preto (1938-2020). *Revista Transversos*. Dossiê Por uma História do Turismo: Atividade e fenômeno turístico em perspectiva histórica. Rio de Janeiro, n°. 28, 2023. pp. 117-137. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/76484>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2023.76484

